

A necessidade e a urgência de uma reforma do papado à luz do pontificado do papa Francisco

Tiago Cosmo da Silva Dias¹

Resumo: Apesar de os papas que sucederam ao Vaticano II (1962-1965) terem demonstrado a necessidade de mudança no exercício de sua missão, o Papa Francisco constatou que pouco avançou (EG 32). De fato, à Igreja faltou uma característica imprescindível em qualquer projeto de reforma: coragem. Para pensar a mudança no *modus operandi* do ministério petrino, será necessária uma certa ousadia, primeiro, para revisitar os dogmas papais, situá-los em seu contexto e verificar se, hoje, são necessários nos mesmos moldes da definição; segundo, para reconhecer que o papado não veio diretamente de Jesus - como se faz ao recuperar o texto de Mt 16,16 -, mas é resultado de um longo processo que incluiu conflitos e domínios. Neste caso, será preciso separar a pessoa de Pedro do carisma petrino, já que é deste último que deriva a missão do papa. Desde sua eleição, o Papa Francisco prefere ser chamado de bispo de Roma, o que indica seu sonho com uma Igreja descentralizada. Todavia, permanece a dúvida se, hoje, haverá coragem para abraçar o seu projeto, pois enquanto a reforma for tida como uma heresia que atenta contra a Igreja e a Cristo, toda proposta de mudança não passará de uma utopia.

Palavras-chave: Reforma do Papado. Papa Francisco. Urgência.

INTRODUÇÃO

Desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), a palavra *reforma* parece ser uma constante no vocabulário e na vida eclesial, ainda que com algumas resistências. Fala-se em reformar diversos âmbitos, seja a Igreja como um todo, seja instâncias desta, como a cúria, a liturgia e a eclesiologia, donde urge a *reforma do papado*. Já desde Paulo VI (1963-1978) que os próprios papas têm oferecido seu ministério para análises e discussões, ao mesmo tempo em que têm pedido ajuda para se pensar em como exercê-lo sendo mais fiel ao Evangelho e àquilo que é em si mesmo: uma referência para a Igreja.

1 O VATICANO II E OS PAPAS

Na Igreja, o giro copernicano definitivo aconteceu em 1959, quando o papa João XXIII (1958-1963) anunciou seu desejo de convocar um Concílio para toda a Igreja. À época, a convocação de João XXIII causou um certo escândalo, visto que, se o papa havia sido proclamado infalível em matéria de fé e de costumes quando falasse *ex cathedra*, em 1870, muitos interpretaram que concílios não seriam mais necessários, já que a palavra dos papas, a partir de então, seria soberana, segundo a visão dos maximalistas. Fato é que embora João XXIII não tenha visto a conclusão do Concílio, “seu ato de coragem procurou tirar o mofo acumulado

¹ Mestrando no Programa de Estudos de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa de fomento pela CAPES/PROSUC. Participa do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo (PUC-SP/CNPQ). ID Lattes: 9152830452013892.

atrás dos muros do Vaticano por mais de um século e anunciou uma nova fase para o catolicismo como sendo de alegria para a Igreja” (SOUZA; GOMES, 2014, p. 12).

O Concílio começou, oficialmente, no dia 11 de outubro de 1962. O primeiro período foi encerrado no dia 8 de dezembro daquele mesmo ano. Alguns meses depois, no dia 3 de junho de 1963, João XXIII faleceu. Com sua morte, muito se discutiu se seu sucessor daria continuidade ao Concílio ou se o interromperia. O novo papa, porém, que assumiu o nome de Paulo VI, disse: “Poderíamos nós abandonar um caminho tão magistralmente desenhado por João XXIII, visando inclusive o futuro? Temos razões para acreditar que não” (ALBERIGO, 1995, p. 409). A Igreja se propunha ao *aggiornamento*, ou seja, à atualização e ao diálogo com o mundo moderno. E assim o fez: ao todo, o Concílio promulgou 4 Constituições, 8 Decretos e 3 Declarações.

O curioso é que, segundo Aurélio (2016, pp. 63-64), o termo “papado” não consta nos textos conciliares, enquanto “papa” aparece seis vezes; “romano pontífice”, vinte e nove vezes; “sucessor de Pedro”, doze vezes; “sumo pontífice”, quinze vezes; “cabeça do colégio”, uma vez; e “supremo pastor”, uma vez. Como “bispo de Roma”, aparece uma só vez, num inciso histórico (LG 22a). Essa designação é importante porque, com ela, o papa não se apresenta mais como o bispo de toda a Igreja Católica ou como o bispo dos bispos, mas sim como bispo de uma Igreja local e a partir da qual “preside as demais no amor”.

Com o término do Concílio, Paulo VI continuou o seu pontificado e fez acenos à reforma do papado. No dia 10 de junho de 1969, por exemplo, pela primeira vez na história um papa visitou, em Genebra, a sede do Conselho Mundial das Igrejas (COMIC), órgão de colaboração entre as igrejas e comunidades eclesiais ortodoxas, anglicanas e protestantes. Tomando a palavra, Paulo VI disse: “Eis-me, portanto, entre vós. Nosso nome é Pedro”. A afirmação petrificara a assembleia, mas Paulo VI estava, no fundo, reconhecendo que o seu ministério era um dos grandes impasses no caminho da unidade entre as igrejas. Por isso, acrescentou: “O primado se oferece na sua plena afirmação, não como um domínio orgulhoso, mas como condição de serviço à unidade” (PAULO VI, 1969).

Com a morte de Paulo VI, em 1978, foi eleito papa o cardeal Albino Luciani (1912-1978), que permaneceu no ministério somente por 33 dias, mas apesar do curto período, o novo papa, que escolheu o nome de João Paulo I, realizou gestos que contribuíram para salientar a necessidade da reforma: recusou ser coroado com a tiara tríplice, rompendo com uma tradição de mais de mil anos, e abandonou a *sedes gestatoria*. No dia 3 de setembro, foi investido apenas com o pálio em uma cerimônia descrita como “investidura em seu ministério como pastor supremo” (MCBRIEN, 2013, p. 389).

Com a morte repentina de João Paulo I, foi eleito papa o cardeal polonês Karol Wojtyła (1920-2005), que adotou o nome de João Paulo II (1978-2005). O papa polonês, em 1987, numa homilia na Basílica Vaticana diante de Dimitrios I, então patriarca de Constantinopla, pediu a luz do Espírito para que se encontrasse uma forma de exercer seu ministério no

serviço e no amor, palavras que ele repetiu em 1995 quando afirmou, na Encíclica *Ut Unum Sint*, a magnitude e a importância da reforma no exercício de sua missão:

[...] O Espírito Santo nos dê sua luz, e ilumine todos os pastores e os teólogos das nossas Igrejas, para que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros. Tarefa imensa, que não podemos recusar, mas que sozinho não posso levar a bom termo (UUS 95-96).

Essa discussão se torna atual para a Igreja quando se pensa, em primeiro lugar, na renúncia do Papa Bento XVI (2013), que destacou o aspecto *humano* do ministério papal. Em sua declaração de renúncia, o papa afirmou que para governar a Barca de Pedro e anunciar o Evangelho era necessário o vigor do corpo e do espírito, algo que sentia haver diminuído de tal modo a ponto de ter que reconhecer sua incapacidade para administrar bem o ministério (BENTO XVI, 2013).

A renúncia de Bento XVI é por si mesmo delatora da necessidade de reforma na Igreja. Mas o próprio papa anunciou explicitamente essa necessidade em sua retirada ao despedir-se do clero de Roma, dizendo que a “Igreja deveria renovar-se”. [...] O fato histórico é inédito, por tratar-se de renúncia voluntária, feita com plena consciência da gravidade e assumida como responsabilidade eclesial: para ao bem da Igreja, pelo futuro da Igreja. A renúncia reparte a história da Igreja Ocidental em passado e futuro e deixa um recado implícito de que a Igreja pode ser mudada em suas práticas institucionais, de que nenhum modelo é eterno e de que o papado é um serviço e não um poder sagrado intocável e imutável (PASSOS, 2013, p. 85).

Intimamente relacionada a este fato, está a eleição do Papa Francisco, considerado, em si mesmo, um *projeto de reforma*. As primeiras palavras do papa latino-americano e jesuíta mostravam, de antemão, sua simplicidade: “Irmãos e irmãs, boa noite! Vós sabeis que o dever do Conclave era dar um Bispo a Roma. Parece que os meus irmãos Cardeais foram buscá-lo quase ao fim do mundo... Eis-me aqui. Agradeço-vos o acolhimento: a comunidade diocesana de Roma tem o seu Bispo. Obrigado!” (PAPA FRANCISCO, 2013). Já da sua primeira fala, pelo menos duas realidades chamaram a atenção: primeiro, o fato dele referir-se a si como *bispo de Roma*, o que assinalava que a primeira instituição do cristianismo é o episcopado, não o papado; segundo, dele dirigir-se primeiramente à comunidade diocesana de Roma, demonstrando que ele era um bispo como os demais, à frente de uma igreja local.

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (n. 27), o papa foi incisivo ao dizer que sonhava com uma opção missionária capaz de transformar *tudo*: ou seja, que era necessário repensar a missão da Igreja nos dias de hoje. A este pedido, o papa acrescentou:

Dado que sou chamado a viver aquilo que peço aos outros, devo pensar também numa conversão do papado [...] Compete-me, como Bispo de Roma, permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo pretendeu dar-lhe e às necessidades atuais da evangelização. O Papa João Paulo II pediu que o ajudassem a encontrar uma ‘forma do exercício do primado que, sem renunciar de modo algum o que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova’. Pouco temos avançado nesse sentido. Também o papado e as estruturas centrais da Igreja universal precisam ouvir este apelo a uma conversão pastoral [...]. Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária (EG 32).

Note-se que Francisco não só realçou o apelo de João Paulo II como o atualizou: se, em 1995, o papa polonês destacava a relevância da reforma sob a perspectiva da unidade, agora o pontífice argentino realça sua importância para a pastoral.

2 A REFORMA EM SI MESMA

Para esta reforma – e qualquer outra! - será preciso coragem: *coragem*, primeiro, para reconhecer que o papado não veio diretamente de Jesus, como se faz continuamente recuperando o texto de Mt 16,16, mas é, antes, o resultado de um longo processo, inclusive de conflitos e domínios. O papado tem suas origens não na pessoa de Pedro, mas sim no *carisma petrino*, e tocar no tema da reforma significa assumir suas configurações como construções e reconstruções permanentes, com a consciência de sua fidelidade ao carisma original e como um modo mais adequado de vivenciá-lo em cada tempo e lugar, o que significa dizer que o *carisma petrino* permanece, mas o papado muda.

Aliás, a antiga prática da Igreja do primeiro milênio, de levar as questões mais importantes ao papa, embora manifestasse que o bispo de Roma tinha uma autoridade única e final entre a Igreja e seus bispos, não significa que o “poder papal” era exercido de modo arbitrário, mas sim rara e moderadamente, dimensionado para o bem maior das Igrejas. Nos primeiros milênios, inclusive, o uso da força do primado aparece de modo especial nos concílios ecumênicos, e com razão: se um dos principais objetivos do primado era a unidade dos bispos, era natural que ele viesse à tona nos momentos de crise doutrinal, quando a unidade era querida pela Igreja (QUINN, 2002, pp. 100-101).

Nesse aspecto, emerge a urgência da colegialidade dos bispos, que, aí sim, como escreveu Quinn (2002, pp. 106-107), é constituída por Cristo que, enviado pelo Pai e agindo pelo Espírito, é o ministro do sacramento. Logo, na medida em que o papa é bispo pela ordenação sacramental, é irrevogavelmente membro do Colégio dos Bispos, e jamais pode ser colocado fora dele. Desse modo, “o Colégio não pode exercer seu poder a não ser que esteja em

comunhão com o papa; por sua vez, o papa não pode anular a função colegial do episcopado, pois é papa somente enquanto é membro do colégio episcopal” (AURÉLIO, 2016, p. 70).

Apesar disso, a reforma de Francisco não tem sido assumida como reforma *da e pela* Igreja. A maioria do episcopado parece esperar a ordem superior ou a norma a ser aplicada, ao invés de viver uma efetiva colegialidade. No atual modelo eclesial, no qual o “protagonismo” concentrou-se nas mãos da hierarquia, cuja origem primeira é o papa e a administração curial, vive-se um modo de ser eclesial pautado pela cultura da reprodução obediente, no qual qualquer protagonismo renovador é entendido como atrevimento e desobediência. Por sua vez, as reformas que Francisco propõe ocorrem dentro desse quadro, que se pauta pela conservação da “unidade” e pela integridade da tradição, entendida como preservação intacta do passado (PASSOS, 2018, pp. 14-15).

No entanto, como escreveu Miranda (2017, p. 199), “a reforma de Francisco não é só dele, pois nos convida a viver com maior profundidade e autenticidade o que professamos. E ele conta não somente com nossas orações, mas também com nossa ajuda. A missão de Francisco é também nossa missão”. Enquanto, porém, a reforma do papado for considerada como uma heresia que atenta contra a Igreja, senão contra o próprio Cristo, ela não deixará de ser um projeto utópico. É próprio, porém, da fé, exigir que se busquem, por meio da razão, seus modos de expressão (cf. 1Pd 3,15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a Igreja, sob os pontificados de João Paulo II e Bento XVI, tenha vivenciado uma interrupção da reforma inaugurada pelo Vaticano II e um controle de seu carisma renovador, a renovação de Francisco começou com carisma e simplicidade. De fato, com Francisco o papado deu sinais de mudança: a saída de Bento XVI demonstrou que o ministério do bispo de Roma não é eterno e existe como o de qualquer outro bispo, em relação à sua igreja particular; e a chegada de Francisco tem demonstrado um aspecto próprio do ministério petrino que, por vezes, acaba sublimado, que é o serviço aos mais pobres. Agora é com a Igreja: permitir-se abrir à docilidade do Espírito que, a cada tempo, suscita quem quer para guiar a Barca de Pedro e abraçar o projeto de Francisco. Uma coisa, porém, é certa: a reforma é inadiável, e o ministério petrino deve se caracterizar como serviço *na e para a* Igreja, e não como poder sobre ela. E isso é para já.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, Giuseppe [org.]. *História dos Concílios Ecumênicos*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 393-440.
- AURÉLIO, Marlos. *A Igreja do Papa Francisco à luz do Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2016.
- HOORNAERT, Eduardo. O Bispo de Roma. In: *Francisco: renasce a esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013, pp. 145-162.

MIRANDA, Mario de França. *A Reforma de Francisco*. Fundamentos Teológicos. São Paulo: Paulinas, 2017.

PASSOS, João Décio. *As reformas da Igreja Católica*. Posturas e processos de uma mudança em curso. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. Uma Reforma na Igreja: Rumos e Projetos. In: PASSOS, J. D. et SOARES, Afonso M. L. *Francisco: renasce a esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013, pp. 85-101.

QUINN, John R. *Reforma do Papado*. Indispensável para a unidade cristã. Trad. Flávio Cavalca de Castro. São Paulo: Santuário, 2002.

SOUZA, Ney et DIAS, Tiago Cosmo da Silva. Por uma reforma do Papado: história, apelos e caminhos à luz do pontificado do Papa Francisco. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo: PUC-SP, 2021, ano XXIX, n. 98, pp. 103-118.

SOUZA, Ney de et GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Catolicismo e Sociedade Contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao Contexto Histórico-Teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.